

## O DISCURSO PROIBIDO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA, DA HISTORICIDADE E DO SUJEITO ATRAVÉS DA CRÔNICA DE CLARICE LISPECTOR

Tatianne de Faria Vieira Araújo (PG – Faculdade de Letras/UFG)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago (UFG/Campus Jataí)

### Introdução

Na noite de 31 de março de 1964, o povo brasileiro não parecia dimensionar os rumos que tomavam a nação, afinal, tudo estava aparentemente normal. Entretanto, a situação começaria a ser revelada já no despertar do dia seguinte. Naquela noite, enquanto destituía o presidente João Goulart, os militares, mesmo sem um decreto ou lei que os amparasse, não pouparam a censura destrutiva, não faltando exemplos dessa censura desde a primeira ação militar naquela noite: uma livraria em Florianópolis, invadida por militares, teve boa parte de seus livros queimados (livros de filosofia, política, sociologia e de orientação marxista); as sedes do jornal *Última Hora* foram depredadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que contribuiu para seu desaparecimento ainda durante a ditadura; um jovem pintor de São Paulo e seu amigo, o músico Sérgio Mendes, foram presos e interrogados e Sérgio teve seu piano destruído. Motivo? Os militares interceptaram um telegrama enviado por ele ao amigo, no qual anunciava o nascimento do primeiro filho. O que dizia o telegrama? “Rodrigo chegou. Por enquanto só quer fralda seca e teta molhada.” Os militares queriam saber que mensagem subversiva estaria “camuflada” por trás daqueles dizeres.

Esses exemplos são apenas alguns dos vários que nos levam a acreditar que a censura já se instalara no país mesmo antes do Ato Institucional nº 5 (*doravante*, AI-5), de 13 de dezembro de 1968. Isso sem falar nos mandos e desmandos do governo que demitiu e prendeu vários funcionários públicos e militares, sumariamente tidos como comunistas, e na Lei de Imprensa, em vigor a partir de 09 de fevereiro de 1967, a qual impunha a censura prévia, podendo vetar notícias sobre tortura, cassações, prisões arbitrárias, escândalos políticos, bem como produções artísticas “subversivas” ou “ofensivas à moral e ao bom costume”. Destacamos que esta lei tornou-se totalmente sem efeito, pelo Supremo Tribunal Federal, em 30 de abril de 2009, pois os ministros entenderam que ela era incompatível com a democracia, como declara o ministro Ricardo Lewandowski, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, “A lei foi editada num período de exceção institucional cujo objetivo foi o de cercear ao máximo a liberdade de expressão com vista a consolidar o regime autoritário que vigorava no país”.

Assim, iniciava-se, em 1964, um dos períodos mais autoritários, cruéis, opressores, proibitivos e, também, mais ricos de produções artísticas e literárias inspiradas pelo contexto político brasileiro. Conscientes de que muitas pesquisas já foram e estão sendo feitas em torno deste assunto, não é nosso objetivo, claro, repeti-las. Porém, chama-nos a atenção um dos caminhos percorridos na busca pela liberdade expressiva: a crônica. Considerada um gênero textual híbrido, entendemos que, independente se a olhamos como jornalística ou como literária, a crônica configura-se como uma superfície de emergência de discursos.

Jornalismo e literatura sempre tiveram uma relação bastante estreita e contraditória: muitas vezes se repelem, outras se complementam. Enquanto o jornalismo instala-se como sistema real de comunicação e procura reproduzir a realidade tal como ela é, a literatura configura-se como sistema simbólico, recriando a realidade humana (história, sociedade, sentimentos, inquietações, ideologias etc) e rerepresentando-a não como ela é, mas como poderia ser. É nessa estreita fronteira entre o jornalístico e o literário que se situa a crônica, gênero discursivo que nasce nas páginas dos jornais e que busca não apenas informar, opinar ou reproduzir a realidade, como fazem outros gêneros jornalísticos, mas recriá-la. E para isso, ela apropria-se de recursos literários, como as analogias, os diálogos, o imaginário, a alegoria, a comicidade, a metáfora.

É evidente que os efeitos de sentido poderão se alterar à medida em que ela é publicada na efemeridade jornalística e/ou na longevidade literária, mas esse lugar de emergência não a impede de ser uma superfície discursiva. Além disso e longe de se preocupar em totalizar a realidade ou em apenas recriá-la, a crônica foi, durante a ditadura militar no Brasil, o lugar de onde enunciados denunciaram a opressão e a repressão do governo; ludibriaram a censura; expuseram um modo de pensar; contribuíram para a construção da história e da memória do brasileiro. E é com este olhar sobre a crônica que nos propusemos uma análise acerca de alguns textos de Clarice Lispector, publicados no *Jornal do Brasil* (*doravante JB*) e, postumamente, reunidos no livro *A descoberta do mundo*.

Mas por que Clarice Lispector?

Clarice é conhecida no Brasil e no exterior por seus romances, novelas e contos, mas ainda não teve seu nome realmente reconhecido como cronista, e talvez isso se deva ao fato de que a autora, por várias vezes, publicava, em sua coluna destinada à crônica, outros gêneros (cartas enviadas e recebidas por ela, entrevistas feitas etc), numa espécie de “cronicalização” do real. Porém, não é de modo algum nosso objetivo

fazer esse reconhecimento à Clarice. Antes, o que pretendemos é analisar como o discurso proibido emergiu em um contexto tão autoritário, através de algumas crônicas de uma autora que, além de não ser vista como cronista, é considerada por muitos como apolítica.

Sobre este aspecto, não acreditamos que haja em seus textos uma postura apolítica. Segundo Santiago ([200-].),

Se o ser humano arrisca a própria vida na rua, lutando contra a repressão militar, o texto ficcional é julgado pelos contemporâneos como “apolítico”. Numa literatura como a brasileira, escrita por zelosos (vale dizer: medrosos) funcionários públicos, como nos lembrou Carlos Drummond em crônica admirável, e concebida dentro dos padrões oitocentistas do realismo-naturalismo, o oposto é que é verdadeiro. O texto é sempre mais “revolucionário” do que o escritor. Este é conformista para que aquele possa ser radical.

Este “ser humano” a que o autor se refere trata-se de Clarice e sua participação na “Passeata dos Cem Mil”, realizada em 26 de junho de 1968, em consequência da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, ocorrida dia 28 de março daquele ano. De fato, a autora não expressa, repetida e longamente, sua posição acerca do regime militar e das arbitrariedades cometidas pelo governo. Todavia, dizer que a autora era apolítica, soa-nos como uma espécie de alcunha mal elaborada, uma vez que, à medida em que escreve para o jornal, Clarice vai ocupando o lugar de sujeito e não permanece inerte a esse processo de subjetivação. Tanto é que, antes de sua participação na passeata, já há a emergência de um enunciado que surge na contramão do discurso governamental, publicado nove dias após a morte do jovem: “P. S. – Estou solidária, de corpo e alma, com a tragédia dos estudantes do Brasil.” (LISPECTOR, 1999, p. 91 – 93)

Temos neste exemplo uma Clarice que ocupa sim o lugar de um sujeito indignado diante da situação vivida pela juventude brasileira naquele momento. Tanto é que, cerca de dois meses depois, esse mesmo sujeito se junta a outros sujeitos também indignados com a situação e marcham em protesto até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, mesmo sendo vigiados pela polícia. Santiago reforça esse aspecto político da autora quando diz que

O mergulho na especificidade brasileira é motivo para a crescente indignação contra a miséria em que vive nosso povo, seja ele o pobre nordestino seja ele o marginal assassinado pela polícia, [...]. Se essa indignação, alimentada pela fome de justiça social, não robustece a reflexão e o fazer propriamente artísticos, aguça a necessidade de o artista entrar na luta coletiva contra o estado das coisas. “Quero entrar em guerra com o mundo”, anuncia o Apocalipse. A indignação participante, antes de ser matéria de arte ou de atitude política individual, torna-se matéria de sobrevivência, numa comunidade tutelada pelos militares. (SANTIAGO, [200-].)

Como já expressamos anteriormente, entendemos que, ao sair do jornal, tão efêmero e esquecido no passado, e ir para o livro, os efeitos de sentido da crônica podem ser outros. No entanto, mesmo recolhidas na esfera literária<sup>1</sup>, ao ressitua-las ao contexto histórico, ideológico e político em que foram publicadas, os efeitos de sentido podem ser recuperados, ainda que em parte, uma vez que nos apoiaremos em arquivos de alguns jornais, revistas e documentos da época para entendermos o contexto em que alguns enunciados surgiram.

Nesta breve reflexão, selecionamos as crônicas “Carta ao ministro da Educação” (17/02/1968; p. 76); “Estado de graça” (06/04/1968; p. 91); “São Paulo” (19/10/1968; p. 145) e “Uma esperança” (10/05/1969; p. 192), todas publicadas no livro *A descoberta do mundo* (LISPECTOR, 1999).

## 1. Discurso e contra-discurso: diálogos e rupturas

Segundo afirma Foucault (2007, p.132 – 133), o discurso é definido como um conjunto de enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva, sendo constituído por um número limitado de enunciados, inseridos em um conjunto de condições de existência, e de caráter histórico, ou seja, “fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história” (FOUCAULT, 2007, p. 132 – 133). Isso nos leva a refletir acerca de dois aspectos.

<sup>1</sup> Para este artigo, optamos por partir das crônicas já publicadas em livro, porque os arquivos do Jornal do Brasil disponíveis para consulta encontram-se apenas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e estamos reunindo mais leituras para posteriormente nos dirigirmos a ela e colher mais dados jornalísticos a fim de concluir a formação de nosso corpus.

O primeiro aspecto trata-se do fato de que o discurso é uma prática em meio a várias outras práticas, cuja formação se dá através de uma regularidade determinada pelo tempo e pelo espaço, a qual define as condições de emergência de um enunciado em certa época, sociedade, posição geográfica ou linguística (FOUCAULT, 2007, p. 133). Gregolin (2006, p. 95) reafirma esse raciocínio ao dizer que as práticas discursivas são objeto de luta e, por isso, elas determinam que nem tudo pode ser dito e mesmo o que pode está regulado por uma ordem do discurso. Logo, percebemos que o enunciado é regulado por regras de aparecimento e por condições de apropriação e de utilização, sendo, conforme coloca Foucault (2007, p. 136 – 137), objeto de uma luta e de uma luta política. Afinal, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 2008, p. 09)

É essa interdição que nos chama a atenção quando se fala em Ditadura Militar, pois, de acordo com as decisões tomadas pelo governo, através de decretos e de Atos Institucionais (AIs), e a censura a todo tipo de expressão, manifestação ou atitude que fosse ou se supusesse contrária ao governo, percebemos que a interdição revela uma forte ligação do discurso com o desejo e o poder. Retomando o que Foucault discute em *A ordem do discurso*: “o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Ou seja, deseja-se o poder, que só pode ser exercido por meio do discurso, logo, o discurso é aquilo por que se luta e pelo que se luta, manifestando um desejo e sendo o próprio objeto desse desejo.

O segundo aspecto refere-se à impossibilidade de pensar em uma análise de discurso apenas pelo olhar da Linguística. É preciso considerar o olhar histórico, uma vez que o discurso é percebido historicamente e ele faz parte do processo de (des)construção da História. Ressaltando aqui que falamos a partir do olhar foucaultiano, ou seja, analisando as descontinuidades, os deslocamentos, as rupturas e a descentralização do sujeito, e não a História linear, submissa à vontade de um sujeito soberano e origem dela. E considerar o viés histórico, a partir de uma descontinuidade, é perceber o discurso como acontecimento, como aquele que, segundo Pedro Navarro-Barbosa (2004, p. 108), “funda uma interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas”, ou seja, reiterando o que foi dito anteriormente: o discurso está ligado ao poder. Uma vez que o poder só pode ser exercido por meio do discurso, este se torna objeto de disputa.

No texto *Soberania e Disciplina*, escrito para a aula do dia 14 de janeiro de 1976 do Collège de France, Foucault (2001a, p. 179) revela que em qualquer sociedade existem múltiplas relações de poder que “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” e que não podem, em absoluto, serem dissociadas do discurso, porque não se estabelecem nem funcionam sem a produção, a circulação e a acumulação de certos discursos.

Durante os Anos de Chumbo, o discurso autorizado vinha de um contexto ímpar e estava estreitamente ligado ao desejo pelo poder, refletindo a razão da luta militar. Considerando que o poder é exercido através do discurso e, onde há exercício de poder, há possibilidade de resistência, esta se expressará por meio de um contra-discurso. Como esse contra-discurso estava interdito, proibido, entendemos que existe aí um contexto político, ideológico, histórico, literário que possibilitou a emergência dele, ou seja, a crônica chega como uma possibilidade de emergência do discurso interdito e de resistência por não retratar a realidade denotativamente, mas por meio da figuratividade, da ficção, da analogia, da alegoria, do simbólico, da ironia, da metáfora etc.

Dentro dessa perspectiva, nos interessa tanto o olhar linguístico, quanto o histórico. O primeiro para analisar como as práticas discursivas se materializaram através dos enunciados; o segundo para analisar a posição ocupada pelos sujeitos do discurso interdito, diante dos discursos proferidos por aqueles sujeitos que ocuparam a posição de poder. E falamos de posição porque para Foucault, discursivamente, não existe sujeito origem de seu dizer, auto-suficiente:

o sujeito do enunciado [...] não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; [...] É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; [...] (FOUCAULT, 2007, p. 107)

Livrar-se desse sujeito constituinte é necessário, conforme reitera Navarro-Barbosa (2004; p. 107), para que se possa analisar a constituição dele, os mecanismos e estratégias empregados pelas diversas práticas discursivas na instituição e legitimação dos processos de subjetivação a partir da trama histórica na qual esse sujeito se insere. Afinal, em uma análise de discurso, não se deve estar preso à busca de sua origem,

visto que ele é um acontecimento, portanto, não está preso a uma origem ou causalidade; sua materialidade se constitui por rupturas e por uma dispersão, o que possibilita ao discurso constituir o sujeito através de uma pluralidade de posições e de funções a serem ocupadas e exercidas e não o contrário.

Retomando o que dissemos sobre o discurso ser percebido com acontecimento, ao olharmos para ele pelo viés histórico, pelas discontinuidades e rupturas que o compõem, chegamos ao último aspecto que nos inquietou para esta pesquisa: a memória.

Segundo Pierre Achard (2007, p. 11), “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social”, ou seja, a memória é fruto do acontecimento discursivo, tendo uma regularidade que a situa entre o linguístico e o histórico. Essa questão é reiterada por Michel Pêcheux (2007; p. 52) ao afirmar que a memória tende a absorver novos acontecimentos discursivos. Isso pode provocar uma ruptura e a produção de uma nova série de enunciados e, entendemos que, conseqüentemente, de discursos, configurando a memória como espaço de rupturas, deslocamentos, retomadas de enunciados, transformações discursivas, negação, mobilidade discursiva, ao que Courtine (1981), em sua análise do discurso político, chamará de memória discursiva.

Logo, interessou-nos o fato de que a memória pode ser elemento que contribui, na emergência de discursos, para a constituição dos sujeitos, a construção da história e a possibilidade de instaurar-se o discurso de resistência ou contra-discurso.

## 2. Estado de graça: esperança de corpo e alma

Em 06 de abril de 1968, Clarice Lispector publica no *JB* a crônica “Estado de graça” (LISPECTOR, 1999, p. 93). O país vivia dias muito tensos, principalmente depois da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos, em 28 de março de 1968. O jovem protestava, junto com outros estudantes, por melhorias no restaurante estudantil Calabouço e por mais vagas nas universidades, quando foi morto pela polícia com um tiro. A situação era tensa e já não era possível dizer tudo o que queria ou que pensasse acerca da política e das decisões e ações do governo. Em seu texto, Clarice fala do estado da graça, algo que ela considerava uma dádiva, um presente divino que leva o ser humano a um momento de paz contemplativa. Ao final, temos o seguinte enunciado “Há dias que são tão áridos e desérticos que eu daria anos da minha vida em troca de uns minutos de graça.”. Logo em seguida, em um *Post Scriptum*, temos: “P.S. – Estou solidária, de corpo e alma, com a tragédia dos estudantes do Brasil.”

Como vimos, o contexto sócio-político-ideológico revela uma situação de embate entre estudantes e militares, marcados por dizeres de protesto, principalmente em relação à oferta de vagas nas universidades públicas, que eram insatisfatórias para a ampla concorrência. A polícia, apesar de não dizer com palavras, diz de outras maneiras, também discursivas, qual é o discurso autorizado, ou seja, o de apoio ao governo militar, constituindo suas ações em um processo de subjetivação. Mas o evento com os estudantes e a morte do jovem criam um contexto para outros dizeres de protesto, configurados das mais variadas formas, como vemos no jornal *Última Hora*, de 29 de março de 1968:

### ENTÊRRO ÀS 15h

O sepultamento será às 15h de hoje e a AMES está convidando todos os estudantes a comparecerem à Assembléia, de onde sairá o entêrro. A autópsia revelou que uma bala de calibre 38 atingiu o jovem no coração.

### DECRETADA GREVE

Os estudantes da Guanabara, São Paulo, Minas e Brasília decretam hoje greve geral em sinal de pesar pela morte do jovem paraense Néelson Luís Lima Souto e de repulsa “por mais uma violência policial contra a juventude”.

### PESAR DE ARTISTAS

Os atôres de todos os teatros da Guanabara suspenderam as sessões de ontem e foram velar o corpo. Os artistas plásticos, liderados por Carlos Vergara, e outros intelectuais, também fizeram seu protesto e vão ao entêrro.<sup>2</sup>

Retomando a definição de Foucault para discurso, entendemos que o enunciado na crônica “Estado de graça” trata-se de um aparecimento a partir de práticas discursivas variadas (protesto, notícia, crônica etc),

<sup>2</sup> Ao transcrever estes excertos, optamos por fazê-lo conforme o original, disponível no Arquivo de São Paulo. Portanto, mantivemos a grafia da época e o equívoco na grafia do nome do jovem Edson Luís, que foi publicado como Néelson.

contribuindo para a formação de um discurso que não concordava com o discurso do governo. Isso pode ser visto, também, em uma carta endereçada ao ministro da Educação, em 1968, Tarso de Moraes Dutra, publicada no JB, por Clarice, no dia 17 de fevereiro daquele ano, em protesto à baixa oferta de vagas nas universidades públicas do país. Essa carta, além de trazer enunciados que iam contra o discurso autorizado da época, o favorável ao governo, permite-nos perceber vários outros aspectos discursivos, dos quais quatro serão aqui destacados.

Primeiro, percebemos que o sujeito se constitui pela consciência de cidadania. A carta tem um interlocutor específico, mas passa a ser aberta a todos os leitores do jornal. É o sujeito ocupando uma posição comprometidora, uma vez que podemos inferir, pelo não-dito, um dizer: o povo está a par de meu protesto e espera uma medida que solucione o problema.

Em segundo, é possível dizer o processo de subjetivação se dá principalmente pelo medo. Isso faz com que haja uma clara oscilação em relação à forma como o interlocutor é tratado ao longo da carta-crônica; ora o locutor se dirige ao ministro da Educação, ora ao presidente da República, ora ao órgão responsável, o MEC:

a) “**Carta ao Ministro da Educação**”.

b) “Em primeiro lugar queríamos saber se as verbas destinadas para a educação são distribuídas **pelo senhor**. Se não, essa carta deveria se dirigir **ao presidente da República**. **A este** não me dirijo por uma espécie de pudor, enquanto sinto-me com mais direito de falar **com o ministro da Educação** por já ter sido estudante.”

c) **O MEC**, visando evitar o problema do grande número de candidatos para poucas vagas, resolveu fazer constar nos editais de vestibular que os concursos seriam classificatórios, considerando aprovados apenas os primeiros colocados dentro do número de vagas existentes. Essa medida impede qualquer ação judicial por parte dos que não são aproveitados, não impedindo, no entanto, que os alunos tenham o impulso de ir às ruas reivindicar as vagas que lhe são negadas.

d) “**Senhor ministro ou senhor presidente**.”

e) “**O senhor** (ministro) já foi estudante,...”

Essa oscilação dos vocativos sugere uma tentativa de se aproximar e dialogar mais com o presidente, fosse direta ou indiretamente (através do ministro, do MEC), uma vez que essa proximidade e esse diálogo não eram facilitados e se fossem, seriam com sérias restrições, afinal, percebemos um sujeito que “fala mal do governo” e de seu modo de governar. Assim, o interlocutor é estabelecido por vários enunciados. Inicialmente, tenta-se amenizar o tom da carta ao dizer que, se as verbas educacionais fossem administradas pelo presidente, o ministro deveria entender que a carta era destinada ao presidente da República. Em seguida, se o sujeito tinha algum direito era o de falar com o ministro, pois com o presidente havia um certo pudor. Isso remonta ao contexto: o presidente era um general do Exército e governava em um regime ditatorial, o qual já reprimia com muita violência aqueles que posicionavam-se contrários a ele.

Estes enunciados também constituem o próprio sujeito, afinal, se observarmos o contexto político, veremos que se pregava uma falsa democracia, portanto, o governo não passava pelo povo, apesar dos preâmbulos dos Atos Institucionais defenderem essa democracia e o povo; o poder de decisão e de atuação estava nas mãos do presidente da República, na ocasião o Marechal Costa e Silva, portanto, não caberia exatamente ao ministro resolver o problema de excedentes; já não se podia dizer tudo o que se queria, uma vez que se incorria no perigo de ser considerado subversivo, ser censurado e, inclusive, preso.

Esta oscilação enunciativa faz parte da formação de um contra-discurso, fundado também no medo, no receio de dizer o que não se podia dizer. E é possível perceber aí duas outras manifestações enunciativas que parecem amenizar a ideia de crítica ao governo, uma espécie de contra-discurso camuflado, disfarçado por dizeres, como: o de sempre evocar o passado estudantil do ministro e o de se diminuir, se justificar, pedir perdão e posicionar-se também como ex-estudante. Essas duas atitudes enunciativas, de certa forma, aproximam o sujeito ministro da Educação do sujeito que protesta na carta e até do sujeito estudante que vive a situação trágica (ou patética) da educação brasileira. Isso porque, ao evocar o passado estudantil do ministro e também posicionar-se como ex-estudante cria-se uma situação de paridade: fala-se de igual para igual. Centrando-se na figura do sujeito locutor, ameniza-se um possível tom de arrogância ou de intrometimento em assuntos da ordem do governo, o que nos conduz ao terceiro ponto a ser analisado.

O terceiro aspecto que nos chama a atenção está na própria imagem que o sujeito cria sobre si, corroborando para entendermos que esse sujeito constitui-se pelo medo. Por várias vezes, o sujeito muda de posição, passando por ex-estudante universitária (que inclusive, não se sente no direito de ter tido uma vaga na universidade dentro das regras classificatórias do governo, pois não a aproveitou), futura mãe de filho

universitário, simples escritora, parte da multidão de jovens ansiosos por uma solução do ministro. Percebe-se aí um sujeito multifacetado, sendo constituído por vários enunciados, de várias ordens, mas permeado pelo medo da repressão, tanto que há uma justificativa de que não quer ser e não é o intruso que invade “seara alheia” para opinar naquilo que não é de seu “governo” e pede-se perdão pelo tom da palavra:

**Não estou** de modo algum entrando em seara alheia. Esta seara é de **todos nós**. E estou falando **em nome de tantos** que, simbolicamente, é como se o senhor chegasse à janela de seu gabinete de trabalho e visse embaixo uma **multidão de rapazes e moças** esperando seu veredicto. [...]

Senhor ministro ou presidente da República, impedir que jovens entrem em universidade é crime. **Perdoe** a violência da palavra. Mas é a palavra certa. (LISPECTOR, 1999, p. 76.)

Ou seja, esse sujeito procura não se comprometer, pois a questão da educação é uma preocupação de todos “nós”: governo, o locutor da carta e “tantos outros”, e sabendo seu lugar de não poder criticar as atitudes repressivas do governo, pede perdão a quem se pode ofender, mas “tem poder” para perdoar.

Essa multifaceta do sujeito que enuncia é fortalecida se retomamos a imagem criada do interlocutor. Ele também é multifacetado, mas suas faces estão dispersas, confusas para o sujeito do contra-discurso, o que ativa uma memória discursiva: o governo Costa e Silva vivia, principalmente desde janeiro de 1968, uma crise interna (má administração, possível golpe no golpe – planejado por militares contrariados com os rumos que a nação tomava – crescente onda de protestos nas ruas, pressão da chamada “linha dura”). É o que se pode ver em trechos extraídos do arquivo do jornal *Última Hora*, de 29/01/1968:

#### DECEPÇÃO E INDIFERENÇA

Os telefonemas se sucedem: “Qué que há?” Prontidão rigorosa. Interdição militar de locais estratégicos. Cêrta ostentação de fôrça que não é própria da normalidade, essa normalidade que o Govêrno proclama existir por tôda parte.

E a fuzilaria de boatos? Nôvo Ato Institucional. Prisão do Lacerda. Ultimato da linha-dura ao Presidente.

#### PRONTIDÃO FOI CONTRA “REBELIÃO”

Na primeira reunião do Alto-Comando do Exército dêste ano, realizada no 1º Batalhão de Caçadores, o Marechal Costa e Silva, [...] foi cientificado de que estava para eclodir uma rebelião na Fôrça Pública de São Paulo, porque sua oficialidade não aceitava a descentralização policial, decretada pelo Governador Abreu Sodré.

[...] Também a situação na Polícia Militar de Minas Gerais passou a preocupar o Govêrno, uma vez que não foi possível impor àquela Milícia o Comando de um oficial fora de suas fileiras e um dos seus mais prestigiosos oficiais superiores – Coronel José Geraldo de Oliveira – aderira de público à Frente Ampla, ao saudar o ex-Governador Carlos Lacerda em sessão dêsse movimento político.

#### SÓ HOJE À TARDE VAI ACABAR A PRONTIDÃO

Rio e São Paulo (UH) – Só hoje à tarde, quando, segundo uma fonte militar, “cessarem os ridículos boatos sôbre uma tentativa de derrubada do Governo”, será suspenso o regime de prontidão nos quartéis do I Exército, já relaxado na manhã de ontem. Apesar dêsse relaxamento, todo o efetivo militar convocado ainda permanece nos quartéis.<sup>3</sup>

O quarto aspecto refere-se aos enunciados que compõem o contra-discurso em si. Há uma crítica explícita ao problema da educação, às medidas tomadas e à falta de liberdade da juventude em ir às ruas protestar, pois poderia ser espancada pela polícia:

- A) “[...] assunto tão **complexo** como o de verbas para educação – o que no caso significa abrir vaga para os excedentes. Mas **o problema é tão grave e por vezes patético** [...]”
- B) “O MEC, visando evitar o problema do grande número de candidatos para poucas vagas, resolveu fazer constar nos editais de vestibular que os concursos seriam classificatórios, considerando aprovados apenas os primeiros colocados dentro do número de vagas existentes. **Essa medida impede qualquer ação judicial por parte dos que não são aproveitados, não impedindo, no**

<sup>3</sup> Mantivemos a grafia dos originais.

**entanto, que os alunos tenham o impulso de ir à ruas reivindicar as vagas que lhe são negadas.”**

- C) **“‘excedentes’ num país que ainda está em construção?! E que precisa com urgência de homens e mulheres que o construam? Só deixar entrar nas Faculdades os que tirarem melhores notas é fugir completamente ao problema.”**
- D) **“[...] impedir que jovens entrem em universidade é crime. Perdoe a violência da palavra. Mas é a palavra certa.”**
- E) **“E nem poderiam sair à rua para uma passeata de protesto porque sabem que a polícia poderia espancá-los.”**
- F) **“Que estas páginas simbolizem uma passeata de protesto de rapazes e moças.”**

É interessante notar que, antes, o assunto é considerado “complexo” e “tão grave”, em uma interessante contradição com “patético”. Parece-nos até um modo de dizer que buscava amenizar a crítica feita a um governo tão contraditório, o qual dizia governar para o crescimento da nação, criava atos institucionais e decretos com a justificativa de reconstruir o país, mas não propiciava ao brasileiro vagas nas universidades.

Para se ter uma ideia, segundo Calderón (2000), em “1960 eram aproximadamente 28.728 alunos excedentes; em 1968 – início da Reforma Universitária – esse número saltou para 125.414 alunos”. É esse contexto, de um governo que dizia uma coisa e fazia outra; em que os estudantes, em sua maioria, ficavam fora de universidade por não haver vagas suficientes; em que protestos e repressão cresciam na mesma força, que torna possível a emergência de enunciados como no trecho C acima.

Percebe-se no trecho não apenas um processo de subjetivação, como também um enunciado que corrobora com a constituição do contra-discurso, uma vez que outros enunciados emergiam através de variadas superfícies, como a notícia e a reportagem. É o caso do excerto abaixo, extraído do arquivo do jornal *Última Hora*, do dia 01/02/1968:

**“EXCEDENTE VAI À SELVA SE OBTIVER MATRÍCULA**

Os 825 excedentes de Medicina da Guanabara vão levar ao Marechal Costa e Silva um compromisso de trabalhar dois anos na Amazônia ou em outras regiões do País onde for menor o índice de médicos, caso o Governo encontre uma solução para suas matrículas.”

Neste trecho destacado e em toda a carta, é interessante notar como, ao mesmo tempo em que se critica o governo e sua postura, o sujeito tenta amenizar seu protesto com enunciados de apelo emocional, bem como deixa claro que está ciente do que a polícia tem feito com os cidadãos caso eles protestem contra o governo, contra o discurso da ordem do dia. Isso nos conduz ao desfecho da carta: “Que estas páginas simbolizem uma passeata de protesto de rapazes e moças.”, sugerindo não apenas que o governo pode até proibir passeatas de protesto nas ruas, mas será mais difícil proibir isso nas páginas do jornal, onde a cartacrônica se transforma em um símbolo de manifestação, uma vez que Clarice consegue publicá-la sem ser censurada.

Esse desfecho, como visto, também foi retomado na crônica “Estado de graça”, na manifestação de compadecimento pela situação vivida pela juventude brasileira, tornando possível perceber enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva e que contribuem para a constituição de um contra-discurso, o qual expressa que nada mudou na situação da juventude nos últimos meses. Aliás, piorou, visto que os jovens, ao sair em protesto nas ruas, viram um deles sendo assassinado pela polícia. Isso estabelece um diálogo entre a carta do dia 17/02/1968 e o *post scriptum* do dia 06/04/1968, e cria um contexto para que esses enunciados, unidos a outros de outras ordens, formem um contra-discurso.

Toda essa discussão parte do pressuposto de que o enunciado não se trata de uma unidade linguística, mas de uma função, logo não é possível encontrá-lo na mera identificação de frases. O que torna uma frase um enunciado é este ser produzido por um sujeito, a partir de uma posição e regulado por regras sociais, históricas e ideológicas, ou seja, o enunciado só será enunciado se estiver imerso em um campo enunciativo, produzindo sentidos. Para entender esse processo é necessário ter como embasamento teórico uma ciência que tenha como objetivo a compreensão da produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos. Daí a opção pela Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pecheux, já que, como Fernandes (2009, p. 08), acreditamos que esse campo de pesquisa nos fornece “um dispositivo teórico e metodológico para se trabalhar com a linguagem tomada sob diferentes condições de produção, considerando-se os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção dos discursos e a constituição dos sujeitos.” Isso implica, ainda segundo o autor, em interpretar os diversos olhares e

possibilidades de sentidos que são determinados por aquilo que é exterior à linguagem e à materialidade linguística, percebendo o espaço de enunciação, o qual é constituído de “inscrições socioideológicas e históricas, atravessadas pela memória, constitutivas dos sujeitos e dos discursos.” (FERNANDES, 2009, p. 08)

É o que podemos perceber em outros textos de Clarice Lispector, como em “São Paulo” (LISPECTOR, 1999, p. 145), outra carta publicada por Clarice no *JB*, tornando público um pensar acerca daquilo que vinha acontecendo ao país histórica e politicamente. Esta carta, a que também chamaremos de carta-crônica, chamou-nos a atenção por ter sido escrita por Fernanda Montenegro a Clarice, e publicada com a autorização de Fernanda, em 19/10/1968. Além de ser uma prática discursiva de outro sujeito, ela é publicada às vésperas do AI-5.

O texto já se inicia com um enunciado que nos chama a atenção: Clarice telefona para Fernanda Montenegro pedindo-lhe permissão para publicar a carta no jornal: “De São Paulo recebi uma carta de Fernanda Montenegro. Telefonei-lhe pedindo licença para publicá-la. Foi dada:” Aparentemente, essa licença é pedida apenas porque se trata de um texto escrito por outro, mas logo percebemos que não é apenas isso. A carta traz um discurso marcado por enunciados comprometedores porque iam contra os ditames ditatoriais.

Toda a carta pessoal reveste-se de crônica, está marcada por dizeres que configuram um discurso de resistência, constituem um sujeito e constroem uma memória discursiva. Seja ao denunciar que se apresenta nos teatros sob a ameaça real da polícia, a qual, em seu silêncio, em seu não-dizer, constrói enunciados que compõem o discurso de repressão (a presença no teatro, a postura, o olhar ameaçador-censurador). Seja ao descrever sua angústia pessoal “terrivelmente feminina, dolorosa, abafada, educada, desesperada e guardada.”

Assim, ao publicar esta carta de Fernanda Montenegro, Clarice não apenas torna aberto o dizer de um sujeito, como toma o discurso aí exposto como o seu próprio, usando a voz de Fernanda para se constituir, através do contra-discurso, como sujeito que não é apolítico e não compactua das decisões e ações do governo. Além disso, o sujeito é reconstituído pelo seu dizer, que é retomado na voz do outro que o cita. Essas reflexões podem ser percebidas em

“Ando muito deprimida, o que não é comum. Atualmente em São Paulo se representa de arma no bolso. Polícia nas portas dos teatros. Telefonemas ameaçam o terror para cada um de nós em nossas casas de gente de teatro. É o nosso mundo.

E o nosso mundo, Clarice?

Não este, pelas circunstâncias obrigatoriamente político, polêmico, contundente. [...]

Clarice, estou pedindo desculpas por este palavratório todo. Mas deixe que eu mantenha com você esta sintonia dolorosa dos que percebem alguns mundos, não apenas este ou aquele, porém até mesmo aquele outro, embora linearmente – como é o caso.

Nossa geração sofre da frustração do repouso. É isso, Clarice? A luta que fizermos, não o faremos pra nós. E temos uma pena enorme de nós por isso. É assim que explico pra mim estas frases que você põe no seu artigo: ‘Eu que dei pra mentir. E com isso estou dizendo uma verdade. Mas mentir já não era sem tempo. Engano a quem devo enganar, e, como sei que estou enganando, digo por dentro verdades duras.’

Voltando às ‘verdades duras’ de que você fala: na minha profissão o enganar é a minha verdade.” (LISPECTOR, 1999, p. 145-146.)

É interessante notar também a indagação feita pelos sujeitos acerca do mundo em que eles vivem. “É o nosso mundo. E o nosso mundo, Clarice?” Temos, primeiro uma afirmação sobre o mundo imposto, de terror, vivido pelo artista brasileiro, marcado por opressão, repressão etc. Em seguida, a indagação acerca do mundo realmente desse sujeito, aquele da escolha, da liberdade e da não-obrigatoriedade política. É muito interessante como os enunciados que compõem a carta não apenas formam um contra-discurso como constituem o sujeito, aquele que, além de tudo o que foi dito, mente dizendo uma verdade.

Nesta sequência enunciativa, temos um paradoxo: como, ao mentir, pode-se dizer a verdade? É utilizando-se desse recurso linguístico que o sujeito enuncia suas verdades, enganando a quem deve enganar, para dizer o que é o verdadeiro de um contexto político.

Finalizando, gostaríamos de dar uma olhadela em outra crônica de Clarice, intitulada “Uma esperança” (LISPECTOR, 1999, p. 192-193.) Trata-se de uma história acerca do aparecimento de uma esperança, o inseto, na casa de uma família. A narrativa transcorre em 1ª pessoa, cujo narrador-personagem é uma mãe. Ao longo de todo o texto, Clarice Lispector faz um jogo com o significado da palavra esperança,

ora configurando o inseto, ora o sentimento. Essa crônica foi publicada no JB dia 10 de maio de 1969, ou seja, pós-AI-5.

Primeiramente, há uma distinção entre as duas esperanças: “Aqui em casa pousou uma esperança. Não a clássica que tantas vezes verifica-se ser ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre. Mas a outra, bem concreta e verde: o inseto.” Em seguida, a narradora-personagem fala da reação do filho, expressa em um grito abafado, cheio de emoção, unindo as duas esperanças, visto que já tinha idade para isso. Nesta situação inicial da narrativa, percebemos um sujeito que, aos poucos, constrói sentidos para Esperança, mas que também é constituído por esses sentidos.

Ao longo da crônica, percebemos que a Esperança, apesar de ilusória tantas vezes, dadas as circunstâncias que a afetam, é aquilo que sustenta o sujeito, é secreta, visto que naquele contexto político, a esperança de um Brasil diferente, livre, não podia ser expressa. Seguindo, o personagem do filho afirma que a esperança só tem alma, em resposta à queixa da mãe ao dizer que ela (inseto e sentimento se confundem) quase não tinha corpo. O diálogo segue e o menino afirma que a esperança é “burrinha”, visto que tenta por três vezes passar pelo mesmo lugar (entre os quadros da parede), retrocedendo sem sucesso, custando a aprender que é necessária outra alternativa para se livrar daquele “cerco de quadros”.

Enquanto luta por sua liberdade, a esperança leva o menino a perceber que ela não tem olhos, mas é guiada por suas antenas. Ao atestar isso, a mãe concorda com o filho, mas isso a faz continuar mais infeliz ainda e os dois a vigiam por um tempo indeterminado, numa tentativa de evitar que ela se “apagasse”. Na verdade, as ações da esperança vão conduzindo os personagens a entender o sentido da outra Esperança, e eles descobrem que ela se esqueceu de que pode voar, pensa que só pode andar devagar. A Esperança está debilitada, simbolicamente presa.

Não bastasse toda a fraqueza da Esperança, surge uma aranha para devorá-la. A aranha queria a esperança. Não seria isso o que os militares faziam todo tempo, através de seus Atos Institucionais, da repressão, da tortura? Eles não queriam a esperança dos sujeitos opositores? Diante da situação narrada, resta à mãe pedir à empregada que fizesse o favor de facilitar o caminho da esperança. E, morta a aranha, já não havia dúvidas: “a esperança pousara em casa, alma e corpo”, a Esperança e o inseto.

Toda essa situação faz a narradora-personagem lembrar outra vivência com o inseto/Esperança. “Eu não mexia o braço e pensei: ‘E essa agora? que devo fazer?’ Em verdade nada fiz. Fiquei extremamente quieta como se uma flor tivesse nascido em mim. Depois não me lembro mais o que aconteceu. É, acho que não aconteceu nada.” (LISPECTOR, 1999, p. 193.) O que percebemos nesta crônica são enunciados que constituem, por meio da figuratividade, sentidos para um sentimento muitas vezes tão ausente naquele momento, outras vezes tão enfraquecido diante de tantas arbitrariedades. Estes enunciados emergem através do cotidiano: uma situação corriqueira e despretensiosa entre mãe e filho, em casa, ou seja, passível de acontecer em muitos lares. A partir disso, podemos perceber que sujeitos podem ocupar esse mesmo lugar ficcionado pela crônica: sujeitos comuns, na intimidade de seus lares, vigiando a Esperança para que ela não se “apague”, afinal, retomando um dizer do senso comum, a esperança é a última que morre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de discursos autorizados pela Ditadura Militar é falar de exercício de poder. Mas não se pode falar sobre o conceito de poder em Foucault sem que se compreenda outro pressuposto fundamental na teoria foucaultiana: todo poder pressupõe resistência. Assim, a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Ou seja, Foucault alerta que não se pode ignorar o “caráter estritamente relacional das correlações de poder”, porque em toda relação de poder há uma multiplicidade de pontos que representam “o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão”. Não se pode, em outras palavras, cometer dois enganos: conceber o poder como uma pista de mão única e considerar que nas relações de poder existe *um* ponto de resistência. As resistências são assim a contrapartida nas relações de poder e se constituem como o “interlocutor irredutível” (FOUCAULT, 2001b, p. 89).

As resistências ocorrem de maneira irregular. É fácil identificar os pontos de resistência nas grandes revoltas, que provocam rupturas definitivas na história. No entanto, não apenas nesse tipo de relação de poder há resistência. Como dissemos, a resistência é inerente ao poder. Por isso, os grandes pontos de resistência são mais raros; os mais comuns são os “móveis” e “transitórios”,

[...] que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. (FOUCAULT, 2001b, p.92).

Assim, a relação entre poder e resistência para Foucault poderia ser analisada como uma faca de dois gumes, porque o poder precisa da resistência para existir, ela é uma das condições essenciais para que o poder possa se irradiar pela malha social, mas, por outro lado, é a resistência que viola e rompe o poder.

É dessa forma, como discurso de resistência ou como contra-discurso, que vemos o aparecimento de crônicas como essas aqui analisadas, as quais, burlando as normas do discurso autorizado pela Ditadura Militar, surgem como possibilidade de emergência do discurso interdito.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Papel da memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p.11-21.

CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol.14 no.1 Jan./Mar. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100007&tlng=en&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100007&tlng=en&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14/11/2009.

COURTINE, J.J. Análisis del discurso político: el discurso político dirigido a los cristianos. Tradução: María del Carmen Saint-Pierre. *Languages*, Paris; n. 62. jun. 1981. Disponível em: <<http://www.magarinos.com.ar/courtine.htm>>. Acesso em 01 mai. 2009.

DANTAS, B. Prontidão foi contra “rebelião”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 jan. 1968. Disponível em: <<http://www.amigosdoarquivo.com.br/uhdigital/>>, acesso em 20/08/2009.

FERNANDES, C. A. Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas. In: \_\_\_\_\_. GAMA-KHALIL, M. M.; JÚNIOR, J. A. A. (Orgs.) *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 08-25.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a, p. 179-191.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001b.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GALLUCCI, M. STF derruba Lei de Imprensa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stf-derruba-lei-de-imprensa,363661,0.htm>>. Acesso em 14/11/2009.

GOVERNO NÃO sabe se vai punir. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 jan. 1968. Disponível em: <<http://www.amigosdoarquivo.com.br/uhdigital/>>, acesso em 20/08/2009.

GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.

JOBIM, D. Decepção e indiferença. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 jan. 1968. Disponível em: <http://www.amigosdoarquivo.com.br/uhdigital/>. Acesso em 20/08/2009.

LISPECTOR, C. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Org.) *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p. 97-130.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. (Org.) *Papel da memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 49-57.

SANTIAGO, S. *A política em Clarice Lispector*. [200-]. Disponível em <[http://www.claricelispector.com.br/artigo\\_silviano\\_santiago.aspx](http://www.claricelispector.com.br/artigo_silviano_santiago.aspx)>, acesso em 13/05/09. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 mar. 1968. Disponível em: <http://www.amigosdoarquivo.com.br/uhdigital/>. Acesso em 20/08/2009.